



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 203/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 026.106/10-8)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado **SENADO**, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2012, tornam pública, para conhecimento das pessoas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450/2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204/2007, do Decreto nº 3.931/2001 e do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 026.106/10-8, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO (itens 1 ao 82) e POR ITEM (itens 83 ao 85)**, destinada à **aquisição de no-breaks de pequeno porte e materiais elétricos para a Secretaria de Engenharia do SENADO FEDERAL**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 03/12/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br.

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

- 1.1 - O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, o fornecimento de no-breaks de pequeno porte, baterias VRLA estacionárias específicas para no-breaks, baterias específicas para partida de grupos geradores diesel, autotransformadores e diversos materiais elétricos para a Secretaria de Engenharia, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.**



SENADO FEDERAL

- 1.1.1** – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **CATMAT** e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio **www.comprasnet.gov.br**.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, assim como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar, tenham sido declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços**



SENADO FEDERAL

unitários, total do item, total do grupo e total global da proposta, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, já considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.1 – Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro, em relação a cada item ou grupo cotado.

3.2.2 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

3.3 - A licitante deverá ainda especificar, nos campos apropriados do Sistema Eletrônico, a marca e demais referências que identifiquem o produto cotado, conforme especificações constantes do Anexo 02, vedada a cotação de opção.

3.3.1 – O SENADO poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros materiais de divulgação que facilitem a análise dos produtos ofertados, antes mesma da apresentação de eventual amostra.

3.3.2 – A apresentação dos materiais a que se refere o subitem 3.3.1 não desonera a licitante da obrigação de apresentar amostras que venham a ser solicitadas pelo SENADO.

3.4 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” deverão ser prestadas todas as informações necessárias ao perfeito detalhamento do objeto e, ainda, as seguintes informações relativas à proposta:

3.4.1 – Prazo de entrega dos produtos de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho acompanhada da ordem de fornecimento.

3.4.2 - Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

3.5 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica na aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.6 – Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso



SENADO FEDERAL

daquele requerido nesta licitação, que deixarem de cotar qualquer item de um mesmo grupo ou as que desatendam às exigências deste edital.

3.7 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.8 - A licitante que, porventura, se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.9 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.10.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.10.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.11 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

4.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.



SENADO FEDERAL

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.



SENADO FEDERAL

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por grupo (itens 1 ao 82) e por item (itens 83 ao 85)**.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [**copeli@senado.gov.br**](mailto:copeli@senado.gov.br), cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

10.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 04, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços.

10.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

10.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se



SENADO FEDERAL

referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XI - DA AMOSTRA

11.1 – O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo máximo e improrrogável de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da suspensão deste certame, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado, que será realizada em sessão pública previamente designada.

11.2 - As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas, em quantidade suficiente para os testes de qualidade, na Secretaria de Engenharia, situada na Unidade de Apoio I, Senado Federal, Praça dos Três Poderes - Brasília-DF, CEP 70.165-900.

11.3 - Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

11.4 - As amostras aprovadas permanecerão em poder do SENADO até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

11.5 – As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total e não serão devolvidas, tampouco subtraídas quando da entrega do objeto, exceto os itens do grupo 1 (baterias) e o item 83 (no-break), os quais terão suas amostras devolvidas na forma em que se encontram após os testes, sem responsabilidade para o Senado.

11.6 - Vencido o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante deste edital.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do **Nível I ao IV** do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do **Nível I ao IV** do SICAF, deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:



SENADO FEDERAL

12.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante já forneceu, a contento, objeto em quantidade compatível com o da presente licitação.

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a) A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
 - a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e
 - a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos, via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico [**copeli@senado.gov.br**](mailto:copeli@senado.gov.br) no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

12.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Bloco de Apoio II, do Senado, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

12.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável, se a amostra for rejeitada ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.



SENADO FEDERAL

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **por grupo e por item** à(s) vencedora(s) do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, informando o local, data e hora.

16.1.1 – O prazo poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo SENADO.

16.2 – No caso de a primeira licitante classificada, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro poderá, mantida a ordem de classificação, negociar com a licitante seguinte antes de efetuar seu registro.

16.3 – Publicada na Imprensa Oficial a Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento, conforme o art. 10 do Decreto nº 3.931/2001.

16.4 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao fornecedor beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CAPÍTULO XVII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da



SENADO FEDERAL

União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CAPÍTULO XVIII – DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

18.1 – O Senado Federal, localizado na Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

18.2 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Senado Federal – Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/1993 e no Decreto nº 3.931/2001.

18.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.4 – Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 8º, § 3º, do Decreto nº 3.931/2001.

18.4.1 – Respeitado o limite máximo individual por órgão aderente, o quantitativo total a ser contratado pelo conjunto de todas as adesões não poderá ser superior a cinco vezes a quantidade registrada.

CAPÍTULO XIX – DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos interessados, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, o fornecedor para o qual será emitido o pedido.

19.2 – A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para retirar a respectiva nota de empenho e atender ao pedido.

19.3 – O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não



SENADO FEDERAL

comparecer, não retirar a nota de empenho, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.

19.4 – Quando comprovada a hipótese acima, o SENADO poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

20.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 12 do Decreto nº 3.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

20.2 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 12 do Decreto nº 3.931/2001 e do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

20.3 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor beneficiário registrado será convocado pelo SENADO para negociação do valor registrado em Ata.

CAPÍTULO XXI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

21.1 – O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

21.1.1 – a pedido, quando:

21.1.1.1 – comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

21.1.1.2 – o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

21.1.2 – por iniciativa do SENADO, quando:



SENADO FEDERAL

21.1.2.1 – o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

21.1.2.2 – perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

21.1.2.3 – por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

21.1.2.4 – não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.1.2.5 – não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos e as respectivas notas de empenho decorrentes da Ata de Registro de Preços;

21.1.2.6 – caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

21.1.3 – Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

21.2 – A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

21.2.1 – por decurso do prazo de vigência;

21.2.2 – por extinção da totalidade do seu objeto; e

21.2.3 – quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXII – DA NOTA DE EMPENHO

22.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o fornecedor beneficiário para retirada da nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

22.1.1 – A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o SENADO a convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assinatura da



SENADO FEDERAL

Ata de Registro de Preços e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, retirar a nota de empenho.

22.2 – Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

22.3 – A nota de empenho vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 203/2012, constante do Processo nº 026.106/10-8, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

22.4 – O fornecedor beneficiário obriga-se a fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição na nota de empenho, substitutiva do contrato.

22.5 – Para a retirada da nota de empenho referida no item 22.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

22.5.1 – Será permitido o envio da nota de empenho por meio eletrônico (e-mail) ou via fax, desde que o fornecedor beneficiário acuse, por meio eletrônico (e-mail) ou documento oficial e no mesmo prazo estabelecido no item 22.1, o recebimento da mesma.

22.5.1.1 – O fornecedor beneficiário deverá informar seu endereço eletrônico (e-mail) para fins do subitem anterior.

22.6 – A nota de empenho da despesa terá força de contrato, conforme prevê o art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

CAPÍTULO XXIII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1 – As despesas com as aquisições que venham a ser realizadas em razão do registro de preços objeto desta licitação correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 000040 e Natureza de Despesa 33.90.30.

CAPÍTULO XXIV – DA FORMA DE PAGAMENTO

24.1 – O pagamento será feito por intermédio de depósito em conta bancária do fornecedor beneficiário no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhado do original da nota de empenho e da ordem de fornecimento, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido nos termos do inciso II, item 25.3, Capítulo XXV,



SENADO FEDERAL

ficando o pagamento condicionado à prévia atestação do gestor e não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

24.2 – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade do fornecedor beneficiário.

24.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação de penalidades.

24.4 – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada ou em caso de descumprimento pelo fornecedor beneficiário de suas obrigações e responsabilidades pertinentes a este edital, o prazo constante do item 24.1 será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

24.5 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o fornecedor beneficiário não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo SENADO, entre o término do prazo referido no item 24.1 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CAPÍTULO XXV – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

25.1 - O prazo de entrega dos materiais solicitados pelo SENADO ao fornecedor beneficiário é de no máximo **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento da nota de empenho que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.



SENADO FEDERAL

25.2 - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado da Secretaria de Patrimônio do Senado Federal, situado na Via N2, Unidade de Apoio I, Senado Federal em Brasília/DF, CEP 70.165-900, acondicionados da seguinte forma, sob pena de não recebimento:

25.2.1 – Os materiais deverão estar em embalagens originais e lacradas pelo fabricante original.

25.3 - O material será recebido:

I - provisoriamente, pelo órgão recebedor do objeto, na data da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações; e

II - definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do ajuste, ou por comissão, de no mínimo 3 membros, designada pela Diretora-Geral, no prazo máximo de **05(cinco) dias**, contados da data do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, após verificação das quantidades e especificações do objeto.

25.4 - Constatadas irregularidades no material entregue, o SENADO poderá:

I - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o gestor motivadamente sobre o assunto, cabendo ao fornecedor beneficiário providenciar a substituição em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito;

II - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação, devendo ao fornecedor beneficiário fazê-lo em conformidade com a indicação do gestor, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

25.5 – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de materiais considerados inadequados pelo gestor.

25.6 – Independentemente da aceitação, o fornecedor beneficiário garantirá a qualidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da notificação do gestor.

25.7 - O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado o motivo, nos termos do art. 57, § 1º e seus incisos, da Lei nº 8.666/1993.



SENADO FEDERAL

25.7.1 – Para os fins previstos neste item, o fornecedor beneficiário deverá protocolar o seu pedido, com a devida motivação, antes do vencimento do prazo inicialmente estabelecido.

CAPÍTULO XXVI - DA FISCALIZAÇÃO

26.1 – Caberá aos gestores designados pela Diretora-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

26.2 – O fornecedor beneficiário deverá indicar preposto para representá-lo, sempre que for necessário, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO XXVII – DOS ACRÉSCIMOS

27.1 – O fornecedor beneficiário obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos até o limite legal estabelecido no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 12 do Decreto nº 3.931/2001.

CAPÍTULO XXVIII - DA RESCISÃO

28.1 – A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

28.2 – A rescisão do ajuste poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III. Judicial, nos termos da legislação.

28.3 – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

28.4 – Os casos de rescisão do ajuste deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



SENADO FEDERAL

28.5 – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

CAPÍTULO XXIX – DAS PENALIDADES

29.1 – A adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário que, convocados para assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a respectiva nota de empenho, no prazo estabelecido nos itens 16.1 e 22.1, respectivamente, ficarão sujeitos à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recusem ao cumprimento desses procedimentos nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

29.2 - Caso a adjudicatária e/ou o fornecedor beneficiário não cumpram o estabelecido no item anterior, o SENADO poderá convocar as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

29.3 - As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no item 29.2, e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar a nota de empenho, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 29.1.

29.4 - Se a licitante ou o fornecedor beneficiário, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a licitação ou na execução do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

29.5 - Pelo atraso injustificado na execução do ajuste ou pela sua inexecução total ou parcial, o fornecedor beneficiário ficará também sujeito à penalidade de multa, aplicada da seguinte forma:

29.5.1 - O atraso injustificado na execução do ajuste sujeitará o fornecedor beneficiário à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

29.5.2 - Findo o prazo do subitem 29.5.1 será aplicada a multa cumulativa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

29.6 – A não apresentação da documentação prevista no subitem 24.3 sujeitará a contratada à multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o limite de 30 (trinta) dias.



SENADO FEDERAL

29.7 - Ocorrendo alguma das hipóteses previstas nos itens 29.4 e 29.5 deste edital, a nota de empenho e a ata do Registro de Preços assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, sem prejuízo das demais sanções.

29.8 - A multa, aplicada após regular processo administrativo e garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pelo fornecedor beneficiário ou, em último caso, cobrada judicialmente.

29.9 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XXX – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

30.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

30.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

30.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

30.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**.

30.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XXXI - DO REGIME DE EXECUÇÃO

31.1 - O fornecedor beneficiário deverá fornecer o objeto a ele adjudicado, nas quantidades solicitadas pelo SENADO, no prazo **máximo de 30 (trinta) dias**, após o recebimento da nota de empenho, que deverá estar acompanhada da ordem de fornecimento.

31.2 - As ordens de fornecimento indicarão detalhadamente: local de entrega, prazo, órgão requisitante, especificações, quantidades, e todas as informações que se fizerem pertinentes.



SENADO FEDERAL

31.3 - Caberá ao fornecedor beneficiário o recolhimento de materiais por ele fornecidos e considerados inadequados pelo gestor.

CAPÍTULO XXXII - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

32.1 - São obrigações do fornecedor beneficiário, além de outras previstas neste edital ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I** - manter durante a execução deste ajuste as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II** - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III** - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste ajuste;
- IV** - responsabilizar-se por todo o ônus relativo ao fornecimento, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

32.2 – Os materiais a serem fornecidos obedecerão rigorosamente, além das especificações constantes do Anexo 02 (Especificações Técnicas):

- I.** Normas da ABNT específicas, conforme o caso, aplicáveis direta ou subsidiariamente, que regulem os materiais, suas composições e características demandadas neste Termo de Referência, a exemplo das normas listadas abaixo:
 - a)** NBR 15014 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta, com saída em corrente alternada (*nobreak*) – Terminologia;
 - b)** NBR 15204 - Conversor a semicondutor - Sistema de alimentação de potência ininterrupta com saída em corrente alternada (*nobreak*) – Segurança e desempenho;
 - c)** NBR 14204 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula – Especificação;
 - d)** NBR 14205 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula – Ensaios;



SENADO FEDERAL

- e) NBR 14206 - Acumulador chumbo-ácido estacionário regulado por válvula – Terminologia;
- f) NBR 14197 - Acumulador chumbo-ácido ventilado – Especificação;
- g) NBR 14198 - Acumulador chumbo-ácido ventilado – Ensaio;
- h) NBR 14199 - Acumulador chumbo-ácido ventilado – Terminologia;
- i) NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- j) NBR 5462 - Confiabilidade e manutenibilidade.

II. Recomendações, ensaios de qualidade e instruções de associações industriais;

III. Recomendações e instruções dos fabricantes.

32.3 - O fornecedor beneficiário responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução do ajuste.

32.4 - O fornecedor beneficiário não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços a terceiros.

32.5 - Aplicam-se ao ajuste decorrente da Ata de Registro de Preços as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CAPÍTULO XXXIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

33.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

33.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1 – Termo de Referência;

Anexo 2 – Especificações;

Anexo 3 – Minuta da Ata de Registro de Preços; e

Anexo 4 – Modelo de apresentação de proposta.



SENADO FEDERAL

33.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

33.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

33.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

33.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

33.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

33.8 – Não poderá o fornecedor beneficiário veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente edital, salvo autorização específica do SENADO.

CAPÍTULO XXXIV – DO FORO

34.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 16 de novembro de 2012.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 203/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo n.º 026.106/10-8)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA			
OBJETO	Fornecimento de no-breaks de pequeno porte, baterias VRLA estacionárias específicas para no-breaks, baterias específicas para partida de grupos geradores diesel, autotransformadores e diversos materiais elétricos.		
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 02 – Especificações Técnicas.		
QUANTIDADE	Conforme Anexo 02 – Especificações Técnicas.		
JUSTIFICATIVA	<p>A aquisição dos equipamentos tipo no-break visa garantir o fornecimento de energia ininterrupta para os pórticos de detecção de metal, equipamentos de Raios X e instrumentos relacionados em uso conjunto nas diversas portarias do complexo arquitetônico do Senado Federal.</p> <p>Já a aquisição dos materiais elétricos visa atender à necessária adequação das linhas de fornecimento de energia até os equipamentos e também ao atendimento às diversas demandas por readaptação, nos gabinetes dos Senadores, nas residências oficiais, SRH, COATEX, SAL, SGM e demais áreas administrativas.</p>		
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por grupo (itens 1 ao 82) e por item (itens 83, 84 e 85).		
PREÇOS(S) ESTIMADO(S) UNITÁRIO(S)	GRUPO 1		
	Item 1	R\$ 105,69	<div>Valor total estimado do grupo:</div> <div>R\$ 227.164,65</div>
	Item 2	R\$ 145,49	
	Item 3	R\$ 257,32	
	Item 4	R\$ 345,05	
	Item 5	R\$ 416,73	
	Item 6	R\$ 570,09	



SENADO FEDERAL

GRUPO 2			
Item 7	R\$ 6,45	Item 45	R\$ 3,90
Item 8	R\$ 3,80	Item 46	R\$ 2,90
Item 9	R\$ 3,80	Item 47	R\$ 8,13
Item 10	R\$ 10,00	Item 48	R\$ 8,13
Item 11	R\$ 9,74	Item 49	R\$ 8,25
Item 12	R\$ 7,06	Item 50	R\$ 2,40
Item 13	R\$ 9,10	Item 51	R\$ 2,00
Item 14	R\$ 19,97	Item 52	R\$ 48,23
Item 15	R\$ 1,45	Item 53	R\$ 77,50
Item 16	R\$ 1,87	Item 54	R\$ 140,00
Item 17	R\$ 1,34	Item 55	R\$ 205,00
Item 18	R\$ 3,72	Item 56	R\$ 3,00
Item 19	R\$ 1,28	Item 57	R\$ 2,99
Item 20	R\$ 0,94	Item 58	R\$ 0,08
Item 21	R\$ 0,36	Item 59	R\$ 0,10
Item 22	R\$ 0,94	Item 60	R\$ 0,14
Item 23	R\$ 0,74	Item 61	R\$ 0,17
Item 24	R\$ 219,90	Item 62	R\$ 19,19
Item 25	R\$ 101,95	Item 63	R\$ 32,00
Item 26	R\$ 1,54	Item 64	R\$ 4,50
Item 27	R\$ 0,55	Item 65	R\$ 12,33
Item 28	R\$ 1,20	Item 66	R\$ 2,95
Item 29	R\$ 1,49	Item 67	R\$ 6,20
Item 30	R\$ 1,49	Item 68	R\$ 3,40
Item 31	R\$ 3,11	Item 69	R\$ 6,00
Item 32	R\$ 3,43	Item 70	R\$ 131,78
Item 33	R\$ 0,73	Item 71	R\$ 4,70
Item 34	R\$ 1,09	Item 72	R\$ 1,50
Item 35	R\$ 0,36	Item 73	R\$ 3,89
Item 36	R\$ 1,60	Item 74	R\$ 3,80
Item 37	R\$ 167,58	Item 75	R\$ 1,59
Item 38	R\$ 163,95	Item 76	R\$ 1,59
Item 39	R\$ 218,10	Item 77	R\$ 1,59
Item 40	R\$ 12,33	Item 78	R\$ 4,22
Item 41	R\$ 320,37	Item 79	R\$ 0,90
Item 42	R\$ 181,13	Item 80	R\$ 1,80
Item 43	R\$ 3,50	Item 81	R\$ 5,31
Item 44	R\$ 0,97	Item 82	R\$ 14,86
Valor total estimado do grupo: R\$ 182.160,46			
Item 83		R\$ 3.365,00	
Item 84		R\$ 565,00	
Item 85		R\$ 99,25	



SENADO FEDERAL

PRAZO DE ENTREGA	De, no máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho, acompanhada da ordem de fornecimento.
PRAZO DE GARANTIA	De, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12 (doze) meses contados da sua assinatura, ou até o término das quantidades registradas, o que ocorrer primeiro.
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Capítulo XXIV do edital.
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da Despesa: 33.90.30 Programa de Trabalho: 000040
LOCAL DE ENTREGA	Almoxarifado da Secretaria de Patrimônio do Senado Federal, situado na Via N2, Unidade de Apoio I, Senado Federal em Brasília/DF, CEP 70.165-900.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Capítulo XXVI do edital.

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 203/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 026.106/10-8)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÕES

Grupo 1 – Baterias VRLA estacionárias específicas para no-breaks

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 1	<p>Bateria (unidade) para no-break e respectivos terminais para conexão de cabo com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Acompanhada dos seguintes acessórios: a) 02 (dois) terminais avulsos tipo “olhal” ou “garfo”, novos, específicos para a corrente elétrica e tipo de terminal da bateria; b) 02 conjuntos de parafuso inoxidável + arruela inoxidável + porca inoxidável para perfeita conexão elétrica e fixação aos terminais da bateria. OBS: A crimpagem e o condutor elétrico (cabo) serão providenciados pelo Senado;• Tensão nominal: 12 volts• Capacidade mínima da bateria: 18 amperes-hora. Deverão atender a capacidade de amperes-hora considerando-se: 25°C, regime de descarga de 20h e tensão final de pelo menos 10,5V;• Tipo VRLA Selada, livre de manutenção, solução em forma de GEL;• Específica para operação em REGIME DE FLUTUAÇÃO DE TENSÃO (ou seja, é mantida a maior parte do tempo em plena carga, assumindo o fornecimento de energia em qualquer falha da alimentação principal);• Certificada nas séries de normas ISO 9000, ISO 14000 e ANATEL;• A licitante vencedora deverá comprovar que as baterias atendem aos requisitos mínimos fixados pela norma NBR 14204, grupo “Alto desempenho” para no-breaks (duração de dez anos); <p>Referência comercial: PANASONIC ou YUASA.</p> <p>OBS1: Todas as baterias entregues na mesma Ordem de Fornecimento (OF) deverão obrigatoriamente ser do mesmo lote de fabricação. Isso majorará a chance de êxito do conjunto de banco de baterias em um mesmo no-break;</p> <p>OBS2: Apresentar comprovação de que a bateria a ser entregue foi fabricada nos últimos 06 (seis) meses contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento. Não serão aceitos materiais reconicionados, recuperados, ou qualquer outra forma de reusados. Somente serão aceitos materiais novos e de primeira linha e alta qualidade;</p> <p>OBS3: será aceita, sem ônus adicional, bateria de maior capacidade de amperes-hora.</p> <p>CATMAT: 21881</p>	30		
# 2	<p>Bateria (unidade) para no-break com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• 24 amperes-hora;• Demais características do item # 1. <p>CATMAT: 21881</p>	150		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 3	Bateria (unidade) para no-break com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• 38 amperes-hora;• Demais características do item # 1. CATMAT: 21881	216		
# 4	Bateria (unidade) para no-break com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• 55 amperes-hora;• Demais características do item # 1. CATMAT: 21881	90		
# 5	Bateria (unidade) para no-break com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• 65 amperes-hora• Demais características do item # 1. CATMAT: 21881	31		
# 6	Bateria (unidade) para no-break com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• 100 amperes-hora• Demais características do item # 1. CATMAT: 21881	180		

Grupo 2 - Diversos materiais elétricos

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 7	Adaptador para tomada com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Pino macho antigo padrão brasileiro 2P + T (tipo “tomada de computador”) e lado fêmea novo padrão brasileiro F+N+T;• Capacidade de corrente: 10 (dez) amperes;• Cor: preta; Referência Comercial: SMS (Cód. 64119), APC-Microsol ou similar. CATMAT: 150870	500		
# 8	Tomada de piso (miolo) com as características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Tomada fêmea F+N+T;• Capacidade de corrente: 10 (dez) amperes;• Tensão mínima de trabalho: 250V;• Novo padrão brasileiro NBR14136;• Redonda, com aba curta;• Cor preta. Referência Comercial: Injetel (Cód. 4344N1), Transmóbil (Cód. 23.044), ou superior CATMAT: 35424	300		
# 9	Tomada de piso (miolo) com as características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de corrente: 20 (vinte) amperes; Demais características do item # 8. Referência Comercial: Injetel (Cód. 4344N2), Transmóbil (Cód. 24.044), ou superior CATMAT: 35424	200		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 10	Tubo eletroduto com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• PVC, cor preta, anti-chama, de acordo com NBR 15465, para embutir em alvenaria;• Com rosca nas pontas;• Com luva em uma ponta;• Unidade para fornecimento: Em barras de 03 (três) metros de comprimento;• Diâmetro: 1. ½" (uma e meia) polegada. Referência comercial: Tigre CATMAT: 138720	100		
# 11	Tubo 1" (uma) polegada (DN 25). Demais características do item #10. CATMAT: 138720	800		
# 12	Tubo ¾" (três quartos) de polegadas (DN 20). Demais características do item #10. CATMAT: 138720	800		
# 13	Tubo 1 ¼" (um e um quarto) de polegada (DN 20). Demais características do item #10. CATMAT: 138720	300		
# 14	Curva longa, 90 graus, 4" (quatro) polegadas. Demais características do item #10. CATMAT: 31445	20		
# 15	Curva longa, 90 graus, 1. ½" (uma e meia) polegada (DN 40). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	50		
# 16	Curva longa, 90 graus, 1" (uma) polegada (DN 25). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	300		
# 17	Curva longa, 90 graus, ¾" (três quartos) de polegada (DN 20). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	300		
# 18	Curva longa, 90 graus, 1 ¼" (uma e um quarto) de polegada (DN 20). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	25		
# 19	Luva 1. ½" (uma e meia) polegada (DN 40). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	20		
# 20	Luva 1" (uma) polegada (DN 25). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	50		
# 21	Luva ¾" (três quartos) de polegada (DN 20). Demais características do item #10. CATMAT: 31445	50		
# 22	Caixa 4x2 para conexão de eletrodutos e instalação de tomadas, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Fabricação em PVC, cor preta, para eletroduto roscável;• Para embutir em alvenaria;• De acordo com NBR 15465;• Entradas: em todas as laterais e no fundo. Referência comercial: Tigre. CATMAT: 20834	300		
# 23	Caixa 4x4. Demais características do item #22. CATMAT: 20834	300		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 24	Caixa para EMBUTIR grande com tampa cega para conexão de eletrodutos, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Dimensões mínimas: 14 x 15 x 3 cm• Fabricação em PVC, cor branca, para eletroduto roscável;• Para embutir em alvenaria;• De acordo com NBR 15465;• Entradas para eletroduto: todas as laterais e fundo. Referência comercial: Tigre. CATMAT: 20834	100		
# 25	Caixa para SOBREPOR grande, com tampa cega para conexão de eletrodutos. Demais características do item # 24. CATMAT: 20834	100		
# 26	Condutele tipo "Top" com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Fabricação em PVC;• Cor cinza. Próprio para instalação aparente;• De acordo com NBR 15465 - Sistemas de Eletrodutos Plásticos para Instalações;• Para instalação elétrica aparente em escritórios;• Com duas saídas (furos) em cada lateral, pelo menos um ao fundo da caixa, um na parte superior e outro na parte inferior. Esses furos deverão vir com tampas de encaixe firmes e originais, além de possibilitar o encaixe preciso de adaptadores para a tubulação do condutele;• Diâmetro dos furos: ¾" (três quartos) de polegada. Referência comercial: Tigre Condutele Top CATMAT: 20869	1000		
# 27	Adaptador de encaixe com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Mesma linha e fabricante do item # 26;• Para efetuar a junção entre o referido condutele e um eletroduto de bitola ¾" (três quartos) de polegada (trata-se de "adaptador de redução" para encaixe no lado do condutele e pressão do lado do tubo). CATMAT: 150870	1000		
# 28	Kit de acabamento tipo "espelho" completo acompanhado de acessórios com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Mesma linha e fabricante do item # 26;• Com furação para fixação de um interruptor simples alinhado na posição de maior comprimento do condutele;• Acompanhado de parafusos;• Acompanhado de interruptor simples para até 10 (dez) amperes. CATMAT: 150918	200		
# 29	Kit de acabamento tipo "espelho" acompanhado de dois interruptores simples. Demais características do item do item # 26. CATMAT: 150918	200		
# 30	Kit de acabamento tipo "espelho" acompanhado de uma tomada fêmea universal F+N+T novo padrão brasileiro. Demais características do item # 26. CATMAT: 150918	400		
# 31	Tampa tipo "espelho" com furação e moldura para encaixar 02 (duas) tomadas RJ-45 fêmea. Acompanhado de duas tomadas RJ-45, CAT-6, fêmeas completas. Demais características do item # 26. CATMAT: 150929	200		
# 32	Eletroduto tipo condutele com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Mesma linha e fabricante do item # 26;• Diâmetro: ¾" (três quartos) de polegada;• Unidade para fornecimento: em barras de 03 (três) metros. CATMAT: 138720	400		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 33	Braçadeira para eletroduto condutele, da mesma linha e fabricante do item # 26. Completa, acompanhada de parafuso e bucha para fixação em parede. Diâmetro: 3/4" (três quartos) de polegada. CATMAT: 241117	800		
# 34	Braçadeira para eletroduto condutele, da mesma linha e fabricante do item # 26. Completa, acompanhada de parafuso e bucha para fixação em parede. Diâmetro: 1" (uma) polegada. CATMAT: 240357	100		
# 35	Luva para emendar eletroduto tipo condutele, da mesma linha e fabricante do item # 26. Diâmetro: 3/4" (três quartos) de polegada. CATMAT: 31445	600		
# 36	Curva 90 graus para eletroduto tipo condutele, da mesma linha e fabricante do item # 26. Diâmetro: 3/4" (três quartos) de polegada. CATMAT: 31445	300		
# 37	Dispositivo de Proteção Contra Surtos (DPS) com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Tipo "para-raios eletrônico" com Varistor de Óxido Metálico (MOV), classe II, IEC 61643;• Encapsulamento em plástico não propagante de chamas, para encaixe perfeito em trilho tipo DIN padronizado para quadros de força;• Tensão nominal da rede em que será instalado: 220 volts (fase/neutro);• Para proteção de fase;• Corrente de surto: 60kA ou superior;• Com indicador de falha/final de vida;• Atendimento à NBR 5140 ou superior Referência comercial: Schneider Electric modelo PRD65r 1P referência 16556. Clamper VCL 275V 60kA Slim. CATMAT: 400036	360		
# 38	Caixa tipo "quadro de comando" de SOBREPOR específica para alojamento de comando elétrico com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Grau de proteção IP 67 ou superior. Com porta removível e abertura de 180 graus, transparente em policarbonato. Com dobradiças e sistema rápido de fechamento/abertura. Com borracha entre de vedação da porta;• Corpo em poliestireno. Cor: bege;• Com placa metálica de montagem interna na cor laranja e com furo para fixação de aterramento• Dimensões mínimas: Altura: 30cm. Largura: 30cm. Profundidade: 20cm. Referência comercial: Cemar Legrand código 913426. CATMAT: 150632	90		
# 39	Caixa tipo "quadro de comando" de SOBREPOR, linha industrial, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Grau de proteção IP 54 (NBR 6146, DIN 40050, IEC 529) ou superior;• Caixa monobloco em chapa de aço #18 ou mais grossa. Pintura eletrostática texturizada cinza;• Porta em chapa de aço idêntica à chapa da caixa, com abertura de 120° graus ou superior, com vedação de borracha INJETADA;• Vedação: IP54 ou superior;• Com placa interna removível em chapa em aço, pintura eletrostática texturizada laranja, com fecho fenda zamak cromado com lingüeta;• Dimensões mínimas: Altura: 60cm. Largura: 60cm. Profundidade: 25cm. Referência comercial: Cemar Legrand código 902320 CATMAT: 150632	5		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 40	Trilho tipo DIN para Fixação de componentes elétricos com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">Fabricado em liga de alumínio com resistência mecânica para afixação de disjuntores e contadores;Acabamento brilhante;Conforme norma DIN 50 022;Dimensões 35 x 7,5 x 1mmUnidade de fornecimento: barras de 2 metros cada. CATMAT: 150444	10		
# 41	Disjuntor com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">Disjuntor geral Tripolar a seco;Tensão de isolamento: pelo menos 690 volts.Corrente nominal: 250 amperes. Térmico e magnético: disparador fixo.Capacidade nominal de interrupção (Icu) em curto-circuito: mínimo de 50KA em 220V, conforme IEC 60947-2. Referência comercial: Merlin Gerin EZC250N3250 CATMAT: 150469	03		
# 42	Disjuntor com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">Corrente nominal: 150 amperes. Térmico e magnético: disparador fixo. Demais características do item # 41 Referência comercial: Merlin Gerin EZC250N3150 CATMAT: 150469	03		
# 43	Lâmina de serra bi-metal para corte de ferro CATMAT: 8230	100		
# 44	Bucha e arruela para acabamento 3/4” CATMAT: 31445	50		
# 45	Box reto alumínio de 1” CATMAT: 343543	50		
# 46	Box reto alumínio de 3/4” CATMAT: 388467	50		
# 47	Disjuntor Unipolar Siemens Din 16 A CATMAT: 150469	20		
# 48	Disjuntor Unipolar Siemens Din 20 A CATMAT: 150469	20		
# 49	Disjuntor Unipolar Siemes Din 25 A CATMAT: 150469	20		
# 50	Chumbador Parabolt 1/4” x 1 3/4” CATMAT: 63614	100		
# 51	Caixa PVC 4X2 sobrepor com tampa CATMAT: 150632	100		
# 52	Cabo flexível 1,5mm (2 vermelho, 2 azul e 2 verde), rolo 100m CATMAT: 22063	6		
# 53	Cabo flexível 2,5mm (15 vermelho, 15 azul e 15 verde), rolo 100m CATMAT: 22063	45		
# 54	Cabo flexível 4mm (3vermelho, 3 azul e 3 verde), rolo 100m CATMAT: 22063	9		
# 55	Cabo flexível 6 mm (2 vermelho, 2 azul e 2 verde), rolo 100m CATMAT: 22063	6		
# 56	Placa cega 4x4 Lunare – primelétrica CATMAT: 113050	30		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 57	Placa cega 4x2 Lunare Primelétrica CATMAT: 113050	30		
# 58	Bucha de Nylon S-6 CATMAT: 150413	300		
# 59	Bucha de Nylon S-8 CATMAT: 150413	300		
# 60	Parafuso S-6, 4,2 x 32mm CATMAT: 150125	300		
# 61	Parafuso S-8, 4,8 x 50mm CATMAT: 150125	300		
# 62	Guia passa fio de aço revestida de polipropileno de 20m CATMAT: 4375	10		
# 63	Eletroduto rígido de aço carbono, zincado de 3m x 3/4" CATMAT: 138720	300		
# 64	Fita isolante preta 3M 19mm x 20m. CATMAT: 52140	100		
# 65	Arame galvanizado nº 18 CATMAT: 150723	50kg		
# 66	Broca de aço rápido 1/8" CATMAT: 8532	40		
# 67	Broca de aço rápido 5/16" CATMAT: 8532	40		
# 68	Broca de aço rápido 5/32" CATMAT: 8532	40		
# 69	Broca de aço rápido 1/4" CATMAT: 8532	40		
# 70	Cabo flexível paralelo 1.5mm, rolo de 100 m CATMAT: 22063	1		
# 71	Plug/pino macho elétrico monofásico 10 amp. (modelo novo) CATMAT: 415722	40		
# 72	Plug FNT 10 amp. (modelo novo) CATMAT: 20290	150		
# 73	Espelho 4"x4" para 2 postos (1=1 separados) PRM 44421 CATMAT: 150903	600		
# 74	Espelho 4"x4" para 6 postos PRM 44461 CATMAT: 150903	600		
# 75	Espelho 4"x2" para 1 posto PRM 44211 CATMAT: 150903	600		
# 76	Espelho 4"x2" para 2 postos separados PRM 44221 CATMAT: 150903	400		
# 77	Espelho 4"x2" para 3 postos PRM 44231 CATMAT: 150903	200		
# 78	Interruptor simples PRM 45101 CATMAT: 373716	120		
# 79	Suporte 4"x2" para 3 módulos PRM 49423 CATMAT: 150463	600		
# 80	Suporte 4"x4" para 6 módulos PRM 49446 CATMAT: 150463	600		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 81	Tomada padrão brasileiro 2P+T (norma da ABNT 14136) 1 módulo 10A-250V – PRM 4721 CATMAT: 35424	600		
# 82	4P padrão Telebrás com RJ 11(4 fios) módulo PRM 7441 CATMAT: 329263	600		

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 83	Equipamento tipo no-break com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none">• Potência nominal de saída: 2.000VA (dois mil volt-ampères) ou superior;• Forma de onda de saída: Senoidal;• Com transformador isolador interno (isolação galvânica), apropriado para funcionamento em locais com aterramento deficiente ou inexistente;• Dupla conversão;• Tipo: “true on-line”, ou seja, funcionamento contínuo do inversor de maneira a eliminar a possibilidade de interrupções do ciclo elétrico no momento da falta de fornecimento de energia da concessionária pública;• Autonomia em carga plena: 15 (quinze) minutos ou superior;• Baterias seladas internas ao gabinete do no-break;• Tensão de alimentação de entrada: bivolt (110V e 220V), selecionável manualmente ou automático;• Tensão de saída: 110V ou 220V, selecionável por meio de chave (onde se lê 110V será aceito também 115V ou 127V)• Todas as partes integrantes do no-break (baterias, circuitos, transformadores) deverão estar contidas em um único gabinete;• Com circuito interno de proteção contra surtos e transientes na entrada de força. Referência comercial: APC-Microsol Solis DC 2.0, SMS Sinus Double II HP ou superior CATMAT: 41629	20		



SENADO FEDERAL

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 84	<p>Bateria (unidade) para partida do grupo gerador e respectivos terminais para conexão de cabo com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">Acompanhada dos seguintes acessórios: a) 02 (dois) terminais avulsos tipo “olhal” ou “garfo”, novos, específicos para a corrente elétrica e tipo de terminal da bateria; b) 02 conjuntos de parafuso inoxidável + arruela inoxidável + porca inoxidável para perfeita conexão elétrica e fixação aos terminais da bateria. OBS: O condutor elétrico (cabo) será providenciado pelo Senado;Tensão nominal: 12 voltsCapacidade mínima da bateria: 150 amperes-hora;Bateria selada, livre de manutenção; <p>Referência Comercial: HELIAR, MOURA ou superior.</p> <p>OBS1: Todas as baterias entregues na mesma Ordem de Fornecimento (OF) deverão obrigatoriamente ser do mesmo lote de fabricação. Isso majorará a chance de êxito do conjunto de banco de baterias;</p> <p>OBS2: Apresentar comprovação de que a bateria a ser entregue foi fabricada nos últimos 06 (seis) meses contados da data de emissão da Ordem de Fornecimento. Não serão aceitos materiais reconicionados, recuperados, ou qualquer outra forma de reusados. Somente serão aceitos materiais novos e de primeira linha e alta qualidade;</p> <p>OBS3: será aceita, sem ônus adicional, bateria de maior capacidade de amperes-hora.</p> <p>CATMAT: 21881</p>	12		

A	B	C	D	E
Item	Descrição	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
# 85	<p>Autotransformador com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">Potência nominal de saída: 1.000VA (um mil volt-amperes) ou superior;Pino novo padrão Brasileiro com três pinos (F+N+T) tanto na entrada (plugue macho com rabicho) quanto na saída (tomada fêmea com rabicho);Cabos fixos para entrada e para saída de força. Não serão aceitos dispositivos “com tensão selecionável por cabo” ou que apresentem cabo ou pino adaptador com plugues macho-macho nas duas pontas;Tensão de entrada: 220V. Tensão de saída: 110V (onde se lê 110V será aceito também 115V ou 127V). <p>CATMAT: 14494</p>	40		

RONALDO WAGNER CARMONA
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 203/2012

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 026.106/10-8)

ANEXO 3

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ de _____ de 20__, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pela _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dos Decretos nº 5.450, de 31 de maio de 2005, nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 203/2012, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor beneficiário _____, domiciliado na _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado por _____, conforme quadro abaixo:

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

(...)

Este Registro de Preço tem vigência de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura ou até o término das quantidades registradas, com eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão aderente poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preço, nos termos do art. 8º, § 3º, do Decreto nº 3.931/2001.

Respeitado o limite máximo individual por órgão aderente, o quantitativo total a ser contratado pelo conjunto de todas as adesões não poderá ser superior a cinco vezes



SENADO FEDERAL

a quantidade registrada na presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e do fornecedor beneficiário acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 203/2012.

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 026.106/10-8)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/____						
Data de abertura:						
Nome da empresa:						
CNPJ:						
Endereço:						
CEP:						
Telefone: (DDD)						
Fax: (DDD)						
e-mail:						
Nome: (do Representante legal da empresa que irá assinar Ata de Registro de Preços)						
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)						
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)						
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)						
GRUPO						
ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
					R\$	R\$
					R\$	R\$
					R\$	R\$
VALOR TOTAL DO GRUPO						R\$
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						



SENADO FEDERAL

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, por grupo e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se aos arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.